



### **CONTRATO Nº 22/2022**

### DISPENSA DE LICITAÇÃO № 07/2022

CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM DE UM LADO O MUNICÍPIO DE CORONEL VIVIDA E A EMPRESA ENGENHARIA E TOPOGRAFIA IGUAÇU LTDA, NA FORMA ABAIXO:

Pelo presente instrumento, o MUNICÍPIO DE CORONEL VIVIDA pessoa jurídica de direito público, com sede na Praça Ângelo Mezzomo, s/nº - Centro, Estado do Paraná, inscrito no CNPJ sob o nº 76.995.455/0001-56, neste ato representado pelo Exmo. Sr. Prefeito Anderson Manique Barreto, inscrito no CPF sob o nº 967.311.099-91 e RG nº 5.228.761-8, a seguir denominado CONTRATANTE e, de outro a empresa ENGENHARIA E TOPOGRAFIA IGUAÇU LTDA, pessoa jurídica de direito privado, com sede na Rua Tupinambá, 910 - Centro, na cidade de Sulina (85.565-000), Estado do Paraná, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 18.801.355/0001-45, neste ato representada pelo Sr. Everlon Cacio Gasparetto, inscrito no CPF sob o nº 057.380.349-88 e RG nº 9.396.258-3, a seguir denominada CONTRATADA, (CONTATO: gasparetto@agronomo.eng.br, (46) 99940-5587), estando as partes sujeitas às normas da Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993 e subsequentes alterações, e legislação complementar vigente e pertinente a matéria, ajustam o presente Contrato em decorrência da Dispensa de Licitação nº 07/2022, mediante as seguintes cláusulas e condições:

### CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO

Parágrafo primeiro: O presente Contrato tem por objeto a contratação de empresa de engenharia para subdivisão de uma área, que será destinada a empreendimentos empresariais, anexa ao Parque Industrial Olímpio Vanzin, neste Município, Chácara nº 513 do Núcleo Barro Preto, anexado a urbanização do Loteamento Sede desta cidade e Comarca de Coronel Vivida, Estado do Paraná, contendo a área de 63.615,01 m², sem benfeitorias, com seus limites e confrontações descritos na Matrícula 21.708 do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Coronel Vivida, Paraná, conforme especificações e quantidades estabelecidas no Termo de Referência em anexo e demais especificações constantes neste contrato.

<u>Parágrafo segundo:</u> Integram e completam o presente Termo Contratual, para todos os fins de direito, obrigando as partes em todos os seus termos, as condições expressas no processo de Dispensa de Licitação nº 07/2022, termo de referência e na proposta da CONTRATADA.

### CLÁUSULA SEGUNDA: DO VALOR

<u>Parágrafo Primeiro:</u> Pela execução do objeto ora contratado, o CONTRATANTE pagará à CONTRATADA o valor total de R\$ 33.000,00 (trinta e três mil reais), conforme constante na proposta (orçamento).

<u>Parágrafo Segundo:</u> No preço já estão incluídos todos os custos e despesas com pessoal, direitos trabalhistas, encargos sociais, fretes, seguros, transporte, embalagens, licenças, impostos e taxas que incidam ou venham a incidir, relacionados aos serviços e todas as despesas necessárias à perfeita conclusão do objeto.





### CLÁUSULA TERCEIRA: DA VIGÊNCIA DO CONTRATO E PRORROGAÇÃO

O presente Contrato terá a vigência de 12 (doze) meses, contados a partir da assinatura deste, podendo ser prorrogado, a critério da Administração, tendo por fundamento no que couber as disposições contidas nos incisos no artigo 57 da Lei Federal nº 8.666/93.

### CLÁUSULA QUARTA: DO PRAZO DE EXECUÇÃO E ENTREGA

<u>Parágrafo Primeiro</u>: O prazo de execução e entrega é de 15 (quinze) dias, a partir do recebimento da Nota de Empenho e Ordem de Execução de Serviços.

<u>Parágrafo Segundo</u>: Os prazos de execução e de vigência poderão ser prorrogados, a critério da Administração, tendo por fundamento no que couber as disposições contidas nos incisos no artigo 57 da Lei Federal nº 8.666/93.

### CLÁUSULA QUINTA: DOS PRAZOS E CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DO OBJETO:

Os prazo e critérios para aceitação do objeto estão fixados detalhadamente no item 9 do Termo de Referência – Anexo I do presente e devem ser rigorosamente observadas pelas partes.

### CLÁUSULA SEXTA: DAS ALTERAÇÕES

<u>Parágrafo primeiro:</u> Qualquer alteração contratual, seja relativa a prazo, quantitativa (acréscimo ou supressão) ou qualitativa, deverá ser devidamente entregue ao Departamento responsável com antecedência, sob pena de indeferimento.

<u>Parágrafo segundo</u>: A Contratada fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões, nos limites e nas hipóteses previstas no artigo 65 da Lei nº 8.666/93, considerando o limite imposto pelo Art. 24, Inciso I da Lei Federal nº 8.666/93, firmados através de termo aditivo.

I - A contratada <u>não poderá em hipótese alguma</u>, mesmo que por solicitação do departamento contratante, alterar as quantidades, descrição ou qualquer outro elemento inicialmente contratado, sem a realização do devido termo aditivo de contrato, mesmo que não altere o valor do contrato, sob pena de multa de 10% (dez) por cento do valor do contrato.

<u>Parágrafo terceira</u>: A Administração reserva ao direito de paralisar ou suspender, a qualquer tempo, a execução do objeto do contrato, no caso de conveniência administrativa e/ou financeira, devidamente autorizada e fundamentada.

### CLÁUSULA SÉTIMA: DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

As obrigações da contratada estão fixadas detalhadamente no item 8 do Termo de Referência – Anexo I do presente e devem ser rigorosamente observadas pelas partes.

### CLÁUSULA OITAVA: DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

As obrigações do contratante estão fixadas detalhadamente no item 7 do Termo de Referência – Anexo I do presente e devem ser rigorosamente observadas pelas partes.





### CLÁUSULA NONA: DA FORMA DE PAGAMENTO

As condições quanto a forma de pagamento está fixada detalhadamente no item 11 do Termo de Referência – Anexo I do presente e devem ser rigorosamente observadas pelas partes.

### CLÁUSULA DÉCIMA: DOS RECURSOS FINANCEIROS E ORÇAMENTÁRIOS

<u>Parágrafo primeiro</u>: Os recursos para assegurar o pagamento das obrigações constantes neste contrato correrão por conta de dotação orçamentária abaixo:

		Natu	U reza da D	SECRETARIA MUNICIPAL DE INDÚSTRIA, CON NIDADE: 01 – Departamento de Indústria e C Despesa: 3.3.90.39 – Outros Serviços de Tercei ento da Despesa: 3.3.90.39.05 – Serviços Técn	<b>omércio</b> ros – Pessoa J	urídica	
UG	0/U	FONTE	P/A	DESCRIÇÃO	DESPESA PRINC.	DESD.	NATUREZA
00	09/01	000	2.059	Manutenção e Modernização da Indústria, Comércio e Serviços 09.001.22.661.0033.2.059	496	2771	3.3.90.39.05

# CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: DO REAJUSTE DE PREÇOS E REEQUILÍBRIO ECONÔMICO FINANCEIRO

<u>Parágrafo Primeiro:</u> O preço estabelecido no presente Contrato não será reajustado.

<u>Parágrafo Segundo:</u> Somente poderá ocorrer a recomposição de valores nos casos enquadrados no disposto no Artigo 65, II, "d" da Lei 8.666/93.

I - Não serão liberadas **recomposições decorrentes de inflação**, que não configurem álea econômica extraordinária, tampouco fato previsível.

<u>Parágrafo Terceiro:</u> Os pedidos de recomposição de valores deverão ser protocolados junto ao Setor de Protocolo do Município.

<u>Parágrafo Quarto:</u> Somente serão analisados os pedidos de recomposição de valores que contenham todos os documentos comprobatórios para a referida recomposição, conforme disposto no Artigo 65, II, "d" da Lei 8.666/93.

<u>Parágrafo Quinto:</u> Os valores recompostos somente serão repassados após a assinatura, devolução do Termo assinado (conforme o caso) e publicação do Termo de Aditamento.

## CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: DA SUBCONTRATAÇÃO

<u>Parágrafo Primeiro:</u> Não será permitida a subcontratação total ou parcial do objeto, a associação do contratado com outrem, a cessão ou transferência, total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação, salvo prévia e expressa autorização do contratante.

<u>Parágrafo Segundo:</u> Em caso de autorização de subcontratação total ou parcial do objeto, fica a subcontratada obrigada a apresentar previamente à autorização, os documentos comprobatórios de idoneidade, exigidos da Contratada, na fase de habilitação.

<u>Parágrafo Terceiro:</u> Autorizada qualquer das hipóteses retro, a contratada permanecerá solidariamente responsável pelo cumprimento de todas as condições ajustadas no contrato.





### CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA: DO GESTOR E FISCAL DO CONTRATO

A indicação do gestor e fiscal estão fixadas no item 16 do Termo de Referência – Anexo I do presente e devem ser rigorosamente observadas pelas partes.

# CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA: DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS E PENALIDADES SANÇÕES POR DESCUMPRIMENTO DE PROPOSTA

<u>Parágrafo Primeiro</u>: A proponente que não honrar a proposta, ou ainda não cumprir com as exigências do presente Edital, poderão ser aplicadas, as seguintes penalidades:

- a) Advertência.
- b) Multa de até 20% do valor total proposto e ainda poderão ser aplicadas, neste caso, as penalidades dos itens seguintes:
- I Suspensão do direito de licitar, com a Administração Municipal, pelo prazo que a autoridade competente fixar, segundo graduação que for estipulada em razão da natureza da falta.
- II Declaração de inidoneidade para licitar na Administração Pública.

### SANÇÕES PARA O CASO DE INADIMPLEMENTO CONTRATUAL

<u>Parágrafo Segundo</u>: Com fundamento nos art. 86 e 87 da Lei Federal 8.666/93, a Contratada ficará sujeita, no caso de inadimplemento contratual, assim considerado pela Administração inexecução parcial ou inexecução total da obrigação, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal, assegurada a prévia e ampla defesa, às penalidades das seguintes espécies:

- a) Advertência.
- b) Multa, na forma prevista no instrumento convocatório ou no contrato.
- c) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de licitar e contratar com a Administração.
- d) Declaração de inidoneidade.
- e) Descredenciamento do sistema de registro cadastral.
- I As sanções previstas nos subitens "a", "c" e "d" do parágrafo segundo poderão ser aplicadas cumulativamente com a do subitem "b".

### Parágrafo Terceiro: Das Particularidades da Multa:

- I A multa imposta ao contratado ou licitante, poderá ser:
- a) de caráter moratório, na hipótese de atraso injustificado na entrega ou execução do objeto do contrato, quando será aplicada nos seguintes percentuais:
- I 0,33% (trinta e três centésimos por cento) por dia de atraso, na execução de serviços, calculado sobre o valor correspondente à parte inadimplida, quando o atraso não for superior 30 (trinta) dias corridos.
- II 0,66% (sessenta e seis centésimos por cento) por dia de atraso que exceder a alínea anterior, até o limite de 15 (quinze) dias, na execução de serviços, calculado, desde o trigésimo primeiro dia de atraso, sobre o valor correspondente à parte inadimplida, em caráter excepcional, e a critério do órgão contratante.
- b) de caráter compensatório, quando será aplicada nos seguintes percentuais:
  - I 15% (quinze por cento) do valor do empenho em caso de inexecução parcial do objeto pela contratada ou nos casos de rescisão do contrato, calculada sobre a parte inadimplida.
  - II 20% (vinte por cento) sobre o valor do contrato, pela sua inexecução total ou pela recusa injustificada do licitante adjudicatário em assinar o contrato ou retirar o





instrumento equivalente, dentro do prazo estabelecido pela Administração.

II - O atraso, para efeito de cálculo de multa, será contado em dias corridos, a partir do primeiro dia útil seguinte ao do vencimento do prazo de execução do contrato.

<u>Parágrafo Quarto</u>: A instrução obedecerá ao princípio do contraditório, assegurada ao acusado ampla defesa, com a utilização dos meios e recursos admitidos em direito.

<u>Parágrafo Quinto</u>: Na fase de instrução, o indiciado será notificado pelo gestor do Contrato e terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados a partir do recebimento do correio eletrônico no e-mail registrado em Ata/Contrato, para apresentação da Defesa Prévia, assegurando-se lhe vista do processo, e juntada dos documentos comprobatórios que considerar pertinentes à fundamentação dos fatos alegados na mesma.

<u>Parágrafo Sexto</u>: O extrato da decisão definitiva, bem como toda sanção aplicada, será anotado no histórico cadastral da empresa e nos sistemas cadastrais pertinentes, quando for o caso, além do processo ser apostilado na dispensa de icitação correspondente.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA: DA INEXECUÇÃO, DA RESCISÃO CONTRATUAL E DAS SANÇÕES

Parágrafo primeiro: Na ocorrência de qualquer das hipóteses previstas nos artigos 77, 78 e 88 da Lei nº 8.666/93, o Município de Coronel Vivida poderá, garantida a prévia defesa, rescindir unilateralmente o contrato, na forma do artigo 79 do mesmo diploma legal, bem como aplicar à contratada as sanções previstas no artigo 86 e 87 da Lei Federal nº 8.666/93.

Parágrafo segundo: O contrato poderá ser rescindido pelos motivos previstos na Lei nº 8.666/93.

### CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA: DA ANTICORRUPÇÃO

As condições quanto a anticorrupção está fixada detalhadamente no item 15 do Termo de Referência – Anexo I do presente e devem ser rigorosamente observadas pelas partes.

### CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA: DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

O presente Instrumento Contratual rege-se pelas disposições expressas na Lei Federal nº 8.666/93, de 21 de junho de 1993, e pelos preceitos de direito público, aplicando-se lhe supletivamente, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado.

### CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA: DOS CASOS OMISSOS

Os casos omissos serão resolvidos à luz da Lei Federal nº 8.666/93, e dos princípios gerais de direito.

### CLÁUSULA DÉCIMA NONA: DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

<u>Parágrafo primeiro:</u> Nenhum serviço fora das especificações deste Contrato poderá ser realizado, ainda que em caráter extraordinário, sem a prévia e expressa concordância do CONTRATANTE.

<u>Parágrafo segundo:</u> A CONTRATADA, não poderá, de forma alguma, sub empreitar os serviços objeto deste contrato a outras empresas, devendo a execução dos mesmos ser realizada por profissionais a ela vinculada.

<u>Parágrafo terceiro:</u> A CONTRATADA assume exclusiva responsabilidade pelo cumprimento de todas as obrigações decorrentes da execução deste contrato, sejam de natureza trabalhista, previdenciária, comercial, civil ou fiscal, inexistindo solidariedade do CONTRATANTE





relativamente a esses encargos, inclusive os que eventualmente advirem de prejuízos causados a terceiros.

### CLÁUSULA VIGÉSIMA: DA SUCESSÃO E FORO

Parágrafo único: As partes firmam o presente instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e forma na presença das testemunhas abaixo, obrigando-se por si e seus sucessores, ao fiel cumprimento do que ora ficou ajustado, elegendo para Foro do mesmo o da Comarca de Coronel Vivida, Estado do Paraná para solução de toda e qualquer questão dele decorrente, não obstante qualquer mudança de domicílio da CONTRATADA que, em razão disso, é obrigada a manter um representante com plenos poderes para receber notificação, citação inicial e outras medidas em direito permitidas.

Coronel Vivida, 22 de fevereiro de 2022.

ANDERSON MANIQUE

Assinado de forma digital por ANDERSON MANIQUE BARRETO:96731109991 Dados: 2022.02.23 09:01:51 -03'00'

> Anderson Manique Barreto Prefeito CONTRATANTE

**EVERLON CACIO** GASPARETTO:05738034 EVERLON CACIO GASPARETTO:05738034988

Assinado de forma digital por Dados: 2022.02.23 13:15:48 -03'00'

**Everlon Cacio Gasparetto** Engenharia e Topografia Iguaçu Ltda **CONTRATADA** 

		Tes	tem	unha	s:		





### ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA - DISPENSA

### TERMO DE REFERÊNCIA - DISPENSA

### 1. Do Objeto:

- 1.1. Contratação de Empresa de Engenharia para subdivisão de uma área, que será destinada a empreendimentos empresariais, anexa ao Parque Industrial Olímpio Vanzin, neste Município, Chácara nº 513 do Núcleo Barro Preto, anexado a urbanização do Loteamento Sede desta cidade e Comarca de Coronel Vivida, Estado do Paraná, contendo a área de 63.615,01 m² (sessenta e três mil, seiscentos e quinze metros e um centímetro quadrado), sem benfeitorias, com seus limites e confrontações descritos na Matrícula 21.708 do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Coronel Vivida, Paraná.
- 1.2. Terreno proveniente de Permuta, conforme Lei 3.144/2021 de 22 de dezembro de 2021 e alterada pela Lei 3.125/2022 de 19 de janeiro de 2022, com documentação de transferência sendo providenciada junto aos Cartórios locais.

### REQUISIÇÃO DE NECESSIDADES Nº 81/2022 - (ANEXO 01)

LOTE	ITEM	QTD	UN	COD. PMCV	DESCRIÇÃO	VALOR TOTAL R\$
1	1	1,00	UN	22398	Serviços de Engenharia para subdivisão de uma área, que será destinada a empreendimentos empresariais, anexa ao Parque Industrial Olímpio Vanzin, neste Município, Chácara nº 513 do Núcleo Barro Preto, anexado a urbanização do Loteamento Sede desta cidade e Comarca de Coronel Vivida, Estado do Paraná, contendo a área de 63.615,01 m² (sessenta e três mil, seiscentos e quinze metros e um centímetro quadrado), sem benfeitorias, com seus limites e confrontações descritos na Matrícula 21.708 do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Coronel Vivida, Paraná	33.000,00

(trinta e três mil reais)

### 2. Da Empresa com Menor Preço Total e do valor:

2.1. A empresa que apresentou a menor proposta foi a empresa *ENGENHARIA E TOPOGRAFIA IGUAÇÚ LTDA*, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 18.801.355/0001-45, com sede na Rua Tupinambá, nº 910, Centro, em Sulina — PR. CEP 85.565-000.





- 2.2. O valor ajustado para a execução do objeto do futuro contrato é de R\$ 33.000,00 (Trinta e três mil reais).
- 2.1. O critério do menor preço deverá presidir a escolha do adjudicatário direto como regra geral e o meio de aferi-lo, estão em juntar aos autos do respectivo processo pelo menos 03 (três) propostas, buscando cotejar que o valor ajustado permaneça dentro dos padrões e limites praticados no mercado.
- 2.2. A metodologia de preços foi embasada no Decreto Municipal nº 6.529/2019, houve diversificação da base de pesquisa, certificando-se de que os preços obtidos correspondem aos praticados no mercado. Foram efetuadas pesquisas no Banco de Preços e Portal da Transparência dos municípios da região, porém não foram encontrados resultados coincidentes com o objeto solicitado, contratados nos últimos 180 dias.
- 2.3. De acordo com a Lei 8.666/93, após a cotação, verificado o menor preço, adjudica-se o produto e/ou serviço, àquele que possuir o menor preço, a habilitação jurídica, qualificação técnica, qualificação econômico-financeira, e regularidade fiscal, \de acordo com o que reza o art. 27 da Lei 8.666/93, em seus incisos I, II, III, IV.

### 3. Da razão da escolha do fornecedor:

- 3.1. Após análise aos presentes autos, onde foram realizadas pesquisas de preços junto às empresas do ramo, verificou-se que a Empresa *Engenharia & Topografia Iguaçú Ltda*, inscrita no CNPJ sob o nº 18.801.355/0001-45, que apresentou a melhor oferta entre os orçamentos recebidos.
- 3.2. Os itens disponibilizados pela empresa escolhida supracitada são compatíveis e não apresenta diferença que venha a influenciar na escolha, ficando esta vinculada à verificação do critério do menor preço, junto com toda a habilitação necessária.

### 4. Da Justificativa:

- 4.1. No intuito de fomentar novas empresas, impulsionar as existentes, fornecendo condição necessária para implantação e crescimento, gerando postos de trabalho e desenvolvimento para o município, atendendo a Lei nº 2.943 de 03 de dezembro de 2019, que institui o Programa de Desenvolvimento Econômico de Coronel Vivida, considerando que o município possui áreas disponíveis e que podem ser adquiridas por empresas para instalação ou expansão de seus produtos e/ou serviços, se faz necessária a subdivisão da área especificada aqui, bem como a infraestrutura necessária para disponibilizar e atender as necessidades das empresas interessadas.
- 4.2. Atrair empresas com potencial de investimento, bem como oportunizar para que as empresas já existentes, possam melhorar seus processos produtivos, ampliando suas ofertas de produtos e serviços, e com isto gerar empregos com melhor remuneração, de forma a gerar riquezas e qualidade de vida.

### 5. Dos Critérios e Embasamentos Legais para Contratação:

- 5.1. Nota-se, que o valor da contratação está dentro do limite previsto em lei, objetivando atender aos princípios da legalidade, economicidade e celeridade, realizando a presente contratação.
- 5.2. A escolha pela Dispensa de Licitação se dá ao necessitar adquirir bens e serviços de pequena monta, devendo sopesar a carga burocrática de um certame licitatório e a





eficiência e economicidade advinda da realização de uma dispensa de licitação prevista no inciso I, do art. 24, da Lei 8.666/93. Desta forma, é válido despender importante soma de custeio e dedicação de recursos humanos para se valer de um processo que poderia ser substituído por um procedimento bem menos oneroso, rápido e eficaz.

- 5.3. Salienta-se, todavia, que conforme consta expressamente do já transcrito art. 24, I, da Lei nº 8.666/93, a licitação poderá ser dispensada quando o seu objeto **não** corresponder a "parcelas de uma mesma obra ou serviço ou ainda para obras e serviços da mesma natureza e no mesmo local que possam ser realizadas conjunta e concomitantemente", condição que é consentânea no processo em questão.
- 5.4. Isto posto, optamos pela dispensa da licitação por considerar que o valor da contratação não compensa os custos da Administração com o procedimento licitatório.

### 6. Da Dispensa Exclusiva para ME/EPP:

6.1. Aplica-se o tratamento diferenciado e favorecido as microempresas e empresa de pequeno porte, em cumprimento a Lei Complementar nº 123/2006, de 14 de dezembro de 2006, alterada para a Lei Complementar nº 147/2014 de 07 de agosto de 2014.

### 7. Das Obrigações do Contratante:

- 7.1. Cumprir todos os compromissos financeiros assumidos com a Contratada.
- 7.2. Notificar, formal e tempestivamente, a Contratada, sobre as irregularidades observadas no cumprimento das obrigações assumidas.
- 7.3. Aplicar as sanções administrativas pertinentes, em caso de inadimplemento.
- 7.4. Comunicar prontamente a Contratada, qualquer anormalidade no objeto deste Termo de Referência, podendo recusar o recebimento, caso não esteja de acordo com as especificações e condições estabelecidas.
- 7.5. Comunicar à Contratada qualquer irregularidade manifestada durante a vigência do Contrato, para que sejam adotadas as medidas pertinentes.
- 7.6. Exercer o acompanhamento e a fiscalização, pelos fiscais designados, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.
- 7.7. O Contratante reserva-se o direito de não receber o objeto em desacordo com o previsto neste instrumento, podendo aplicar o disposto no art. 24, inciso XI da Lei Federal nº 8.666/93.

### 8. Das Obrigações da Contratada:

- 8.1. Realizar o serviço no prazo não superior ao estabelecido, salvo em casos extremos comunicados com antecedência.
- 8.2. Cumprir integralmente as obrigações assumidas, conforme especificações contidas neste Termo de Referência.
- 8.3. Manter, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas durante toda a vigência do Contrato, de acordo com o art. 55, XIII, da Lei 8.666/93, informando o Contratante à ocorrência de qualquer alteração nas referidas condições.
- 8.4. Comunicar imediatamente o Contratante no caso de ocorrência de qualquer fato que possa implicar no atraso da entrega e qualquer anormalidade verificada, inclusive de ordem funcional, para que sejam adotadas as providências de regularização necessária.





- 8.5. Executar os serviços em estrita conformidade com as especificações contidas no Edital e proposta de preços apresentada, à qual se vincula, não sendo admitidas retificações, cancelamentos, quer seja de preços, quer seja nas condições estabelecidas.
- 8.6. Os materiais de consumo, bem como todos aqueles necessários à completa e efetiva execução total do serviço proposto serão de responsabilidade da Contratada.
- 8.7. A Contratada será responsável pela execução de serviços de Engenharia para subdivisão da área constante na Matrícula 21.708 do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Coronel Vivida, Paraná, conforme proposta de serviços.
- 8.8. Executar os serviços e a entrega do objeto com pontualidade, atendendo a todas as condições estabelecidas.
- 8.9. Responder por danos que venham a ser causados por seus empregados ou preposto ao Contratante ou a terceiros, desde que fique comprovada sua responsabilidade, não se excluindo ou se reduzindo esta em virtude do acompanhamento realizado pelo Contratante, de acordo com o art. 70 da Lei n.º 8.666/93.
- 8.10. Certificar-se, preliminarmente, de todas as condições exigidas no Edital, não sendo levada em consideração qualquer argumentação posterior de desconhecimento.
- 8.11. Permitir o acompanhamento dos serviços por servidores do Contratante, caso necessário.
- 8.12. Atender com prontidão as reclamações por parte do recebedor do objeto da dispensa de licitação.
- 8.13. A Contratada deverá garantir a qualidade dos serviços prestados e materiais empregados, devendo reparar, corrigir, remover, substituir às suas expensas, no total ou em parte, os materiais e/ou serviços prestados que se verificarem vícios, defeitos, incorreções ou má qualidade no serviço realizado.
- 8.14. Emitir ART ou documento equivalente, relativo ao serviço executado e apresentar à Secretaria solicitante, devidamente assinada.
- 8.15. Todas as despesas decorrentes da execução dos serviços, contratação de pessoal e demais encargos pertinentes aos serviços, serão de total responsabilidade da Contratada.
- 8.16. Correrá por conta da Contratada as despesas para efetivo atendimento ao objeto, tais como seguro, transporte, fretes, tributos, encargos trabalhistas e previdenciários.
- 8.17. Não transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto deste Termo de Referência, sem prévia e expressa anuência da Secretaria responsável, e em tudo o que seguir as diretrizes da Administração.
- 8.18. Apresentar o(s) funcionário(s), devidamente uniformizado(s), além de fornecer e fiscalizar o uso de EPIs (Equipamentos de Proteção Individual) ao(s) seu(s) funcionário(s) e preposto(s).
- 8.19. Substituir qualquer empregado, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, cuja atuação, permanência e/ou comportamento sejam julgados prejudiciais, inconvenientes e/ou insatisfatórios.
- 8.20. Responsabilizar-se pelos danos causados ao patrimônio do Município, por dolo, negligência ou imprudência de seus empregados.
- 8.21. Cumprir a legislação e as normas relativas à Segurança e Medicina do Trabalho, diligenciando para que seus empregados trabalhem com equipamentos de proteção.





8.22. Não manter em seu quadro de pessoal menores em horário noturno de trabalho ou em serviços perigosos ou insalubres, não manter, ainda, em qualquer trabalho, menores de 16 (dezesseis) anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos.

8.23. Por força do contido no art. 68, da Lei n. 8.666/93, a Contratada, por ocasião da assinatura do Contrato, deverá indicar preposto, aceito pelo fiscal do Copntrato, para representá-la sempre que for necessário.

### 9. Prazos e Critérios de Aceitação do Serviço:

- 9.1. Os serviços serão realizados no Imóvel de Matrícula 21.708 do cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Coronel Vivida, Paraná, anexo ao Parque industrial Olimpio Vanzin, deste Município.
- 9.2. A Contratada deverá dar início a execução do serviço objeto deste contrato em até 02 (dois) dias, contados a partir do recebimento da nota de Empenho e Ordem de Serviços.
- 9.3. A contratada deverá registrar o Registro de Responsabilidade Técnica RRT ou Anotação de Responsabilidade Técnica ART junto ao Conselho de Arquitetura e Urbanismo, Conselho Regional de Engenharia e Agronomia CREA/PR ou outro conselho, de acordo com a competência de cada profissional/conselho.

### 9.4. As etapas a se cumprir são:

- a) Projeto de subdivisão dos lotes (aproximadamente 35), apresentando os mapas para aprovação junto ao departamento de engenharia, com os respectivos memoriais descritivos e demarcação, plano de corte e aterro, sistema viário com asfalto, calçadas e projeto paisagístico básico;
- b) Projeto elétrico aprovado junto a Forcel Coronel Vivida;
- c) Projeto de rede de distribuição de água e coleta de esgotos aprovados junto a Sanepar;
- d) Projeto de galeria de águas pluviais, bocas de lobo e retenção de águas;
- e) Licenciamento Ambiental;
- f) Orçamento global de implantação.
- 9.5. Sempre adotar soluções que atendam à economicidade, facilidade de execução, operação e manutenção, além da preservação ambiental.
- 9.6. Assumir sob sua responsabilidade, o pagamento de todos os impostos, taxas ou quaisquer ônus fiscais de origem federal, estadual ou municipal bem como todos os encargos trabalhistas, previdenciários e comerciais.
- 9.7. Cumprir com outras obrigações decorrentes da aplicação do Código de Proteção e Defesa do Consumidor conforme Lei nº 8.078/90, que sejam compatíveis com o regime de direito público.

### 10. Dos Prazos e Entrega:

10.1. O prazo de execução e entrega é de **15 (quinze) dias**, a partir do recebimento da Nota de Empenho e Ordem de Execução de Serviços.

### 11. Da Forma de Pagamento:

11.1. O pagamento será efetuado até o 10º (décimo) dia útil do mês subsequente, após a entrega e/ou execução do objeto, mediante apresentação da respectiva nota fiscal/fatura atestada pelo Gestor e Fiscal do Contrato.





- 11.2. A nota fiscal deverá conter discriminação resumida do item fornecido, total para produto, número da dispensa de licitação, número do Contrato, não apresentar rasuras e/ou entrelinhas, deverão ser impressas de maneira clara, inteligível, inviolável, ordenada e dentro de padrão uniforme.
- 11.3. A liberação dos pagamentos ficará condicionada a apresentação da prova de regularidade para com a Fazenda Federal, Estadual e Municipal, prova de regularidade relativa à Seguridade Social (INSS) e ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT).
- 11.4. O pagamento poderá ser realizado preferencialmente por meio de ordem bancária, creditada na conta corrente da Detentora, ou por meio de fatura com utilização do código de barras.
- 11.5. Em caso de atraso de pagamento motivado exclusivamente pelo Contratante, como critério para correção monetária aplicar-se-á o IPCA Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo calculado pelo IBGE. Em caso de atraso de pagamento, desde que a Detentora não tenha concorrido de alguma forma para tanto, serão devidos pelo Contratante juros moratórios à taxa nominal de 6% a.a. (seis por cento ao ano), capitalizados diariamente em regime de juros simples. Quando da incidência da correção monetária e juros moratórios, os valores serão computados a partir do vencimento do prazo de pagamento de cada parcela devida.

### 12. Da Dotação Orçamentária:

12.1. Conforme princípio do planejamento integrado e indicação contábil e reserva em anexo.

### 13. Prazo de Vigência:

- 13.1 O prazo de vigência do contrato será de 12 (doze) meses.
- 13.2. Os prazos de execução e de vigência poderão ser prorrogados, a critério da Administração, tendo por fundamento no que couber as disposições contidas nos incisos do artigo 57 da Lei nº 8.666/93.

### 14. Dos Documentos Necessários para a Formalização da Dispensa:

### 14.1. Da Habilitação Jurídica:

a) Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;

### 14.2. Da Regularidade Fiscal e Trabalhista:

- a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ), retirado via internet no máximo 90 (noventa) dias, de acordo com a Instrução Normativa da SRF nº 200 de 13 de setembro 2002);
- b) Prova de Regularidade relativa a **Tributos Federais** e à Dívida Ativa da União, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeitos de negativa expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (SRFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive os créditos tributários





relativos às contribuições sociais previstas nas alíneas "a" a "d" do parágrafo único do artigo 11 da Lei Federal n.º 8.212/1991;

- c) Prova de Regularidade relativa ao **FGTS**, por meio de Certificado de Regularidade Fiscal (CRF), expedida pela Caixa Econômica Federal (<a href="www.caixa.gov.br">www.caixa.gov.br</a>) ou do documento denominado "Situação de Regularidade do Empregador";
- d) Prova de Regularidade para com a **Fazenda Estadual**, por meio de Certidão Negativa ou Positiva com Efeitos de Negativa de Débito em relação a tributos estaduais, expedida pela Secretaria da Fazenda Estadual, do Estado sede da contratada;
- e) Prova de Regularidade para com a **Fazenda Municipal**, por meio de Certidão Negativa ou Positiva com Efeitos de Negativa de Débito em relação a tributos municipais, expedida pela Prefeitura do município sede da contratada;
- f) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a **Justiça do Trabalho**, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeitos de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 (www.tst.jus.br/certidao).

### 14.3. Da Qualificação Técnica:

- 14.4. Certidão de registro de <u>Pessoa Jurídica</u> (proponente) expedida pelo Conselho Regional de Engenharia e Agronomia CREA, dentro de seu prazo de validade ou Certidão de registro de <u>Pessoa Jurídica</u> (proponente) expedida pelo Conselho de Arquitetura e Urbanismo CAU, dentro de seu prazo de validade ou Certidão de registro de <u>Pessoa Jurídica</u> (proponente) em <u>Conselho</u>, o qual, comprove a competência na área do objeto desta dispensa, dentro do seu prazo de validade junto com a documentação que demonstre as atribuições deste conselho;
- 14.5. Certidão de registro de <u>Pessoa Física</u> do profissional que irá atuar na <u>qualidade de Responsável Técnico</u>, expedida pelo Conselho Regional de Engenharia e Agronomia CREA, dentro de seu prazo de validade ou <u>Certidão de registro de Pessoa Física</u> do profissional que irá atuar na <u>qualidade de Responsável Técnico</u>, expedida pelo Conselho de Arquitetura e Urbanismo CAU, dentro do prazo de validade ou <u>Certidão de registro de Pessoa Física</u> do profissional que irá atuar na <u>qualidade de Responsável Técnico</u>, expedida por <u>Conselho</u>, o <u>qual</u>, <u>comprove a competência na área do objeto desta dispensa</u>, dentro do seu prazo de validade junto com a documentação que demonstre as atribuições deste conselho e profissionais.
- 14.6. <u>Certidão de Acervo Técnico do CREA ou do CAU ou outro conselho, em nome do profissional,</u> comprovadamente integrante do quadro atual da proponente.

### Da Anticorrupção:

15.1. As partes declaram conhecer as normas de prevenção à corrupção previstas na legislação brasileira, dentre elas, a Lei de Improbidade Administrativa (Lei Federal n.º 8.429/1992), a Lei Federal n.º 12.846/2013 e seus regulamentos, se comprometem que para a execução deste contrato nenhuma das partes poderá oferecer, dar ou se comprometer a dar, a quem quer que seja, aceitar ou se comprometer a aceitar, de quem quer que seja, tanto por conta própria quanto por intermédio de outrem, qualquer pagamento, doação, compensação, vantagens financeiras ou benefícios indevidos de qualquer espécie, de modo fraudulento que constituam prática ilegal ou de corrupção, bem como de manipular ou fraudar o equilíbrio econômico financeiro do presente contrato, seja de forma direta ou-





indireta quanto ao objeto deste contrato, devendo garantir, ainda que seus prepostos, administradores e colaboradores ajam da mesma forma.

### 16. Do Gestor e Fiscal do Contrato:

- 16.1. Compete ao Gestor e ao(s) Fiscal(is) de contrato as atribuições previstas no Decreto Municipal nº 7.484 de 07 de janeiro de 2021 e as constantes na Lei 8.666/93.
- 16.2. A Administração indica como gestor do Contrato o Secretário de Indústria Comércio e Turismo, Lindones Antonio Colferai, designado pelo Decreto Municipal nº 7.584, de março de 2021, pelos serviços adquiridos pela Secretaria de Indústria Comércio e Turismo.
- 16.3. A Administração indica como fiscal do Contrato, João Rodolfo Petzhold Ferri, Decreto Municipal nº 7.702.

### Declaração do Gestor e Fiscal do Contrato

Declaramos estar cientes das responsabilidades e atribuições decorrentes da indicação e afirmamos plena concordância com as condições estabelecidas no Termo de Referência e demais anexos. Declaramos, ainda, sob as penas da lei, que as informações aqui prestadas são verdadeiras.

Lindones Antonio Colferai Secretaria de Indústria, Comércio e Turismo Gestor

João Rodolfo Petzhold Ferri Divisão de Estudos e Projetos Fiscal

De acordo e ciente dos itens do Termo de Referência e demais documentos anexados junto ao processo de dispensa de licitação.

Coronel Vivida, 22 de fevereiro de 2022.

BARRETO:96731109991 BARRETO:96731109991

ANDERSON MANIQUE Assinado de forma digital por ANDERSON MANIQUE Dados: 2022.02.23 09:02:16 -03'00'

> Anderson Manique Barreto Prefeito CONTRATANTE

**EVERLON CACIO** GASPARETTO:057380349 EVERLON CACIO GASPARETTO:05738034988

Assinado de forma digital por Dados: 2022.02.23 13:13:10 -03'00'

**Everlon Cacio Gasparetto** Engenharia e Topografia Iguaçu Ltda CONTRATADA


# DIARIO DO SUDOESTE EDITORA JURIT (EDITORA JURIT L'ITDA:8019208 DN: C:eRRC), ou=Secretaria Branco, ou=Secretaria Branco, ou=Secretaria Branco, ou=Secretaria Branco, ou=Secretaria Branco, ou=Branco, ou=Secretaria Branco, ou=Secretaria Branco, ou=Branco, ou=Secretaria Branco, ou=Branco, ou=Secretaria Branco, ou=Branco, o

Assinado de forma digital por DN: c=BR, o=ICP-Brasil, st=PR, I=PATO BRANCO, ou=Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB, ou=RFB e-CNPJ A1. pu=81047508000147. OU=PRESENCIAL CD=FDITORA JURITI LTDA;80192081000108 Dados: 2022.02.23 16:42:25 -03:00'

micipio

Caderno Integrante da Edição nº 8086

Este espaço é destinado a publicação de editais públicos ou privados que tem como finalidade tornar público as informações a cerca dos atos e fatos ocorridos, dando transparência as ações dos órgãos públicos e das empresas. Os leitores podem acompanhar nos editais toda e qualquer medida adotada pelas prefeituras, câmaras municipais, empresas de economia mista, autarquias, entidades, associações, instituições, empresas e outras denominações que tenham a necessidade de tornar públicos seus atos

> TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDIÇAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO helless Murricipas, MARCOANO VOTTRIS, no uso dae softwações que the sita confendas pela legisleção em na bali Lis vi 10.520/02 n am fiest sua principas ordinavalna Attavas da Cas rii 6.568/03 e alterações posten

> > Nulliandio Secularium u Licitaria de prescio pres anus auuscicio de macadame deco monadocio de natural. A giel una discontrata di deletança vandanto do entendo e naturo e tina

SANEPAR

PARANÁ Ø

Tompanitio de Sangamento do Parani - SANIPAR toma publica que recêneu de la catala de cerca - 1AT a Autorração Florestal - AF nº 2041,52022.86984 do segui recedimento - SAA - Additor de Âgus Traida, RAP e captação. Enderço, divers notpais Sulha PR. Vatidade: 18/02/2023.

SANEPAR

mpunhia de Sandamento do Parana - SANEPAR torna público que recebeu do Instituto v. Terro - IAT a Autoritação Florestal - AF nº 2041,5.2022.67539 do seguinto productivam SAA - Copação Baraguera Río Papo Branco, Enderecto tor nº 80 (Glebia f) roda Salo Francisco de Salos, Manierpor Palo Beiroco/PR, Validade 18/02/2023.

SANEPAR

A Companhia de Sancamento do Parana - SANEPAR forms publico que recebe do la la Agual e Term-IAT a Autorização Florestal-AF nº 2041.5.2022.66965 do sego simproordimento: SEL Endersey-Jule trural nº 03.— Cheta (1) Município, Honorio Serja Valdado: 10022/023.

CMAS – Consetho Municipal de Assistéracia Social de Coronel Vivida – Pr Resultação nº 95/2022 Plemo de Ação de Repuesce Continuados do Futido Estados de Assistencia Social-O CMAS – Consetho Municipal de Assistência Social de Coronel Vivida, no usa das artibuloses que lhe confere «Lei Municipal N° 2801/2017, n. Deciberacio em Plenário renúrsida no dans de 20 de browrito de 1002.

RESOLVE: An Arthur e patificar o Plans de Ação 2022 do Munocipio de Coronel Vivida: Art. I. Aprivase e patificar o Plans IV. - ACOLHOMIN 10 INSTITUCIONAL APIT. 2. Esta resolução seria en vigor na data de guidigação. Custom Coronel Vivida. em 23 de fevereiro de 2022. Ducelio Mars Sandaró Hence.

PREGÃO ELETRÓNICO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 003/2022 – PMR AVISO DE HOMOLOGAÇÃO Torno publica a Homologação do Pregão Eletrônico aº 003/2022 – PMR Objetivando contratação de empresa para fornecimento de implenientos agricolaonforme Convento nº 567/2021, que estebram o Estado do Paranó por intermédio e Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento – SEAB e o Municipio

de Renascença, em favor das acquintes empresas:

Roberto Cesar Schmitz Ltda, po valor total de R\$ 9,995,00 (nove

mil novecentos e noventa e cinco realis).

Dutra & Dutra Comercio de Pecas e Implementos Agriculas, no valor total de R5 9,650,00 (nove mil novecentos e cinmenta reals).

Renascenca, 23 de Geverror de 2022.

IDALIR JOÃO ZANELLA

Prefeito Municipal

1.18/2/1812. La Taxonal, Programba da Cirino em Nirel Varrical la Servidicia e regia referenciales" placação em elelegar, do el de serime arecontravas disponheir no seguirres electureços electricos arecontravas incremos electros de 12.10/2/1922, respectivamentes, conforme Las Autorizativa em 40/2/17 a Decento por 17/2/2027 e en a revien emissipopolis prigos de:

Solbes) 2010/13-91 Automorphic Unit 43 Automorphic Bry 2011 13 Automorphic (Act

### PREGÃO ELETRÔNICO Nº 002/2022 - PMR AVISO DE HOMOLOGAÇÃO

AVISO DE HOMOLOGAÇÃO

Torno pública a Homologação do Pregão Eleurônico nº 002/2022 - PMR.
Objetivando a Contratação de empresa para fornecimento de escavadeira hidráulica, conforme Convenio Plataforma-Brasil nº 918901/2021, colchrado entre a União por intermédio do Ministério da Agricultura. Pecuária e Abastecimento e o Município de Renascera-PR, em Tavor da seguinte empresa.

Caroline Hammemann, no valor total de R\$ 713,000,001 (setecento cireze mil teatis).

IDALIR JOÃO ZANELLA Prefeito Municipal

PREGÃO ELETRÔNICO N° 118/2021 - PMR
AVISO DE HOMOLOGAÇÃO

Torno pública a Homologação do Pregão Eletrônico nº 118/2021 - PMR.
Objetivando a Contratação de empresa para fornecimento de Kil Mobiliário,
destinado as necessidades do Unidade Básica de Saúde de Renascença,
conforme Resolução SESA 773/2019 e 868/20/20, em favor das arguintes

216 Material Hospitaler Ltda, no valor total de RS 5.774.00 tomes

mil seteentos e setenta e quatro regis);
Equimed Équipamentos Médicos Hospitalares Lida, no valor total de R\$ 13.187,48 (treze mil cento e oitenta e sete reais e quarenta e nito

IDALIR JOÃO ZANELLA Prefeito Municipal

AVISO DE EDITAL

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 01/7022 - PMR

MODALIDADE: Pregão Eletrônico do lipa menos preço unitário.

OBJETO: contintação de empresa para fornecimento de máquiasa e implementos agricolas conforme Convénio nº 923490/2021, que oclebram a União por intermedio do Ministerio da Agricultura Pecuária e Abastecimento e o Município de Renascoma - Pr.

DATA E HORA DA ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA: 16 de marco de 2022 às 08500min

UASG: 987R09 - PREFEITURA MUNICIPAL DE RENASCENCA

LOCAL: www.comprasgovernamentais.gov.br

AQUISICÃO DO EDITAL: O Isiliat e seus anexos poderão ser adquiridos na Prefeitura Municipal, no endereço Rua Getálio Vargas, nº 901, Centro, Fône (46) 3550-8300 (Prefeitura) / 3550-8316 i Departamento de Locitações), Renacença, Estado do Paraña, de 2º 40º festa, nos luváritos das 07.30 a 13.00 a da 13.00 a 17.00 foras, ondo poderão ser consultados e adquiridos gratuítamente, e pelo stie www.retuscenca.pr gow.br. INFORMAÇÕES: Informações e esclarectimentos adicionais, no enderepo e refeitos activamentos.

Renasocaça, 23 de fevereira de 2023 LUCIANE ELOISE LUBCZYK Pregoeira

MUNICIPIO DE CORONEL VINIDA - PRI CONTRATO N° 28/2022 - Disspesso de Lossigo n° 08/2022 - Coorentante Municipio de Coronel Juritaminente tom o Fundo Municipio de Saúde Commissio SubSENIO E MARQUES LTDA - ME. ON 01 6/60 13/M/201-32. Cligado: convolatição de empresa para Sociação memerá de apareller de Reuse y operandados de manuel de apareller de Reuse y operandados de la contrativa de la contr

### MUNICIPIO DE PATO BRANCO EXTRATO DA INEXIGIBILIDADE 14/2022 - PROCESSO: 60/2022

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE PATO BRANCO - CNPJ. 76,995.448/0001-54. CONTRATADA: PECANHA'S RUNNERS COMÉRCIO DE ARTIGOS ESPORTIVOS LTDA-ME, CNPJ/MF nº COMERCIO DE ARTIGOS ESPORTIVOS LIDA-ME, CNPIMF a 18.618.735/0001-49 OBJETO: Fornecimento de Dispositivo para mostrar a velocidade dos pedestres Peçanhas Runarers Testo de Velocidade, alendendo ás necessidades da Secretaria Municipal de Esporte e Lazer. DOTAÇÃO: 1176-8474. VALOR TOTAL: RS 25.060.00. DATA DA AUTORIZAÇÃO: 21de Fevereiro de 2022. Alexandre Zoche - Secretário de Esporte e Lazer. Robson Cantu — Prefeito.

## MUNICIPIO DE PATO BRANCO EXTRATO DA INEXIGIBILIDADE 15/2022 - PROCESSO: 61/2022

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE PATO BRANCO – CNPJ: 76,995,448/0001-54. CONTRATADA: CASA DE APPIO VIVER BEM LTDA-ME. CNPJ/MF nº 19,417,387/0001-04. OBJETO: Prestação de serviço de acolhimento institucional de pessoa com deficiência, a fim de acolher a jovem Tamara Luiza Rocha Tetila, acometida por esquizofrenia e retardo mental leve, sem familiares ou outros responsáveis em condições de recebê-la, conforme Oficio nº 1699-2018, proveniente do Juiz de direito da 1º Varia Cível da Comaran de Pato. Branco/PR, que determinou que se firme contrato, com a Casa de Apoio Viver Bem LTDA - ME, situada na cidade de Curtibla/PR. DOTAÇÃO; 750-8214. VALOR TOTALI. RS 36,000,00 DATA DA AUTORIZAÇÃO: 21de Feverciro de 2022. Luana Variaschim Perin-Secretaria de Assistência Social. Robson Camu - Prefeito

MUNICIPIO DE PATO BRANCO

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PRECOS Nº 47 a 64/2022 PREGÃO ELETRÓNICO NÚMERO 02/2022, PROCESSO Nº 04/2022, OBJETO: Implantação de Registro de PROCESSO Nº 04/2022. OBJETO: Implantação de Registro de Preços para fitura e eventual aquisição de materiais elétricos, em atendimento a todas as Secretarias e Departamentos da Administração Municipal. DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA! Diversas conforme Atas. Ata de Registro de Preços n.º 47/2022. Partes: Municipio de Pato Branco e Atacasul Materiais Elétricos Lula, com o valor total de R\$ 322.279,20. Ata de Registro de Preços n.º 48/2022. Partes: Municipio de Pato Branco e Directy Construtara Eireli. Com o valor total de R\$ 45.410,00. Ata de Registro de Preços n.º 49/2022. Partes: Municipio de Pato Branco e DLM Soluções Intégrados, com o valor total de R\$ 52.810,00. Ata de Registro de Preços n.º 50/2022. Partes: Municipio de Pato Branco e Elétrica Luz Comercial de Materiais Elétricos Eirelí, com o valor total de R\$ 2.810,00. Ata de Registro de Preços n.º 50/2022. Partes: Municipio de Pato Branco e Elétricos Eirelí, com o valor total de R\$ 2.810,00. Ata de R\$ 1/2022. Partes: Municipio de Pato Branco e Eremaster Distribuídora de Ferragons e Ferramentas Ltda, com o valor total de R\$ 1,606,00. Ata de Registro de Preços n.º 5/2022. Partes: Municipio de Pato Branco e Eremaster Distribuídora de Pato Branco e GR Comêrcio Eirelí, com o valor total de R\$ 1,606,00. Ata de Registro de Preços n.º 5/2022. Partes: Municipio de Pato Branco e Eremaster Distribuídora de Pato Branco e GR Comêrcio Eirelí, com o vulor total de R\$ 1,606,00. Ata de Registro de Preços n.º 5/20222. Partes: de R\$16.026,00. Ata de Registro de Preços n.º \$2/2022. Paries: Municipio de Patto Branco e GR Comércio Eireli, com o valor total de R\$79.972,00. Ata de Registro de Preços n.º \$3/2022. Paries: Municipio de Patto Branco e Kurumín Serviços Elétricos e Eletránicos Ltda, com o valor total de R\$ 312.345,00. Ata de Registro de Preços n.º \$4/2022, Paries: Municipio de Patto Branco e Eletrônicos Ltda, com o valor total de R\$ 312,345,00. Am de Registro de Preços n.º 54/2022, Partes: Município de Pato Branco e Liceri Comércio de Produtas em Geral Ltda, com o valor total de R\$ 603,00. Ata de Registro de Preços n.º 55/2022. Partes: Município de Pato Branco e Licitar Comércio e Distribuição de Materiais Elétricos, com o valor total de R\$ 270,40. Ata de Registro de Preços n.º 56/2022. Partes: Municipio de Pato Branco e Mepry Intermediação de Negócios Ltda, com o valor total de R\$ 24,793,00. Ata de Registro de Preços n.º 56/2022. Partes: Municipio de Pato Branco e Meta Comércia de Ferragens e Ferramentas Elétricos, com o valor total de R\$ 24,793,00. Ata de Registro de Preços n.º 57/2022. Partes: Municipio de Pato Branco e Meta Comércia de Ferragens e Ferramentas Elétricos Despetados e Serviços Elétricos, com o valor total de R\$ 13,915,55. Ata de Registro de Preços n.º 59/2022. Partes: Municipio de Pato Branco e Multi Life Comercial Elétrica Ltda. com o valor total de R\$ 3,0.018,75. Ata de Registro de Preços n.º 60/2022. Partes: Municipio de Pato Branco e Reallus; Comércia de Materiais Elétricos Ltda, com o valor total de R\$ 3,829,25. Ata de Registro de Preços n.º 60/2022. Partes: Município de Pato Branco e RPF Cumercial Ltda, com o valor total de R\$ 3,829,25. Ata de Registro de Preços n.º 63/2022. Partes: Município de Pato Branco e Shigemoto & Cia Ltda, com o valor total de R\$ 3,051,50. Ata de Registro de Preços n.º 63/2022. Partes: Município de Pato Branco e Shigemoto & Cia Ltda, com o valor total de R\$ 1,057,50. Ata de Registro de Preços n.º 63/2022. Partes: Município de Pato Branco e Saia Comércio de Preços de 2022. Partes: Município de Pato Branco e Saiar Comércio de Preços de 2022. Robson Contu- Prefeito. valor total de RS 5.092,90, Pato Branco, 15 de Fevereiro de 2022. Robson Cantu - Prefeito.

referente à contratação de empresa de engenharia para subdivisão de uma área, que será destinada a empreendimentos empresariais, anexa ao Parque Industrial Olímpio Vanzin, neste Município, Chácara nº 513 do Núcleo Barro Preto, anexado a urbanização do Loteamento Sede desta cidade e Comarca de Coronel Vivida, Estado do Paraná, contendo a área de 63.615,01 m², sem benfeitorias, com seus limites e confrontações descritos na Matrícula 21.708 do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Coronel Vivida, Paraná. CONTRATADA: ENGENHARIA E TOPOGRAFIA IGUAÇU LTDA, inscrita no CNPJ nº 18.801.355/0001-45. Valor total: R\$ 33.000,00. Prazo de execução e entrega: 15 dias. Prazo de vigência: 12 meses.

Publique-se.

Coronel Vivida, 22 de fevereiro de 2022.

ANDERSON MANIQUE BARRETO, Prefeito.

> Publicado por: Iana Roberta Schmid Código Identificador:4B4C99AA

### DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES TERMO DE RATIFICAÇÃO

# TERMO DE RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO nº 08/2022

Despacho do Prefeito. Processo Licitatório nº 32/2022, RATIFICO, nos termos do art. 26, da Lei Federal nº 8.666/93, contendo parecer jurídico do Sr. Tiago Bernardo Buginski de Almeida, Procurador Municipal, declaro dispensável a licitação nos termos do inciso II, do art. 24 da Lei Federal nº 8.666/93, do diploma legal invocado, referente à contratação de empresa para locação mensal de aparelho de Raio-X móvel para utilização na Unidade de Pronto Atendimento — UPA 24 horas. CONTRATADA: EUGENIO E MARQUES LTDA, inscrita no CNPJ nº 01.600.153/0001-32. Valor total: R\$ 7.500,00. Prazo de vigência: 03 meses, conforme contrato.

Publique-se.

Coronel Vivida, 22 de fevereiro de 2022.

ANDERSON MANIQUE BARRETO, Prefeito.

> Publicado por: Iana Roberta Schmid Código Identificador:04A40BEE

### DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO n° 23/2022 – Dispensa de Licitação n° 08/2022 – Contratante: Município de Coronel Vivida juntamente com o Fundo Municipal de Saúde. Contratada: EUGÊNIO E MARQUES LTDA - ME, CNPJ n° 01.600.153/0001-32. Objeto: contratação de empresa para locação mensal de aparelho de Raio-x móvel para utilização na Unidade de Pronto Atendimento – UPA 24 horas. Valor total: R\$ 7.500,00. Prazo de vigência: 03 meses, de 01.03.2022 a 31.05.2022.

Coronel Vivida, 22 de fevereiro de 2022.

ANDERSON MANIQUE BARRETO, Prefeito.

Publicado por: Iana Roberta Schmid Código Identificador:70AAAB83

### DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO nº 22/2022 – Dispensa de Licitação nº 07/2022 – Contratante: Município de Coronel Vivida. Contratada:

ENGENHARIA E TOPOGRAFIA IGUAÇU LTDA, CNPJ nº 18.801.355/0001-45. Objeto: contratação de empresa de engenharia para subdivisão de uma área, que será destinada a empreendimentos empresariais, anexa ao Parque Industrial Olímpio Vanzin, neste Município, Chácara nº 513 do Núcleo Barro Preto, anexado a urbanização do Loteamento Sede desta cidade e Comarca de Coronel Vivida, Estado do Paraná, contendo a área de 63.615,01 m², sem benfeitorias, com seus limites e confrontações descritos na Matrícula 21.708 do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Coronel Vivida, Paraná. Valor total: R\$ 33,000,00. Prazo de vigência: 12 meses.

Coronel Vivida, 22 de fevereiro de 2022.

ANDERSON MANIQUE BARRETO, Prefeito.

Publicado por: Iana Roberta Schmid Código Identificador: 1 AEBDFE7

### DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES TERMO DE RATIFICAÇÃO

# TERMO DE RATIFICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO nº 03/2022

Despacho do Prefeito. Processo Licitatório nº 33/2022, RATIFICO, nos termos do art. 26, da Lei Federal nº 8666/93, contendo parecer jurídico do Sr. Tiago Bernardo Buginski de Almeida, Procurador Municipal, declaro inexigível a licitação nos termos do Artigo 25. "caput", do diploma legal invocado, para o credenciamento da empresa BIOEXAME LABORATÓRIO DE ANÁLISE CLÍNICA LTDA, CNPJ nº 23.016.911/0001-02 para a prestação de serviços de exames laboratoriais em urgência e emergência, para atender a UPA 24 horas, sob regime de plantão-sobreaviso, das 07h30min às 22h30min (nos sábados, domingos e feriados) e das 18h00min às 22h30min (de segunda a sexta-feira — dias úteis), pelo valor total estimado de R\$ 305.729,40, de 23.02.2022 a 16.02.2023, podendo ser prorrogado, de acordo com o Chamamento Público nº 01/2022.

Publique-se.

Coronel Vivida, 23 de fevereiro de 2022.

ANDERSON MANIQUE BARRETO
Prefeito

Publicado por: Iana Roberta Schmid Código Identificador:7D9D759C

### DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO nº 24/2022 – Inexigibilidade nº 03/2022 – Contratante: Município de Coronel Vivida juntamente com o Fundo Municipal de Saúde. Contratada: BIOEXAME LABORATÓRIO DE ANÁLISE CLÍNICA LTDA, CNPJ nº 23.016.911/0001-02. Objeto: credenciamento para a prestação de serviços de exames laboratoriais em urgência e emergência, para atender a UPA 24 horas, sob regime de plantão-sobreaviso, das 07h30min às 22h30min (nos sábados, domingos e feriados) e das 18h00min às 22h30min (de segunda a sexta-feira – dias úteis). Valor total estimado: R\$ 305.729,40. Prazo de vigência: de 23.02.2022 a 16.02.2023.

Coronel Vivida, 23 de fevereiro de 2022.

ANDERSON MANIQUE BARRETO, Prefeito.

> Publicado por: Iana Roberta Schmid Código Identificador:B65A421C